



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

“JOVENS, O BRASIL DEPENDE DE VÓS”: A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO ESTADONOVISTA NA IDENTIDADE DE SUA JUVENTUDE SETE DÉCADAS APÓS SUA EXTINÇÃO POLÍTICA.

Luiz Mário Dantas Burity - UNIPÊ¹

Márcia Magalhães Ávila Paz - UNIPÊ²

Cristiane Galvão Ribeiro - UNIPÊ³

RESUMO: Sete décadas separam o ano de 2013 do Estado Novo, no entanto as pessoas que o vivenciaram trouxeram alguns conceitos internalizados por meio do discurso oficial estadonovista em suas identidades, embora resignificados, já que o passado é uma dimensão mutável de acordo com as necessidades do presente. Dessa forma a partir dos referenciais teóricos da Psicologia sócio-histórica de Vygotsky e da análise de discurso de Michel Pêcheux foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas com pessoas que viveram o Estado Novo, as festividades e o espaço escolar, que foram os dois lugares de difusão dos discursos oficiais. A partir dessas entrevistas foram percebidas diferentes formas de resignificação desse discurso pelos entrevistados, em alguns aspectos os signos descritos por esses sujeitos constituíam conceitos intersubjetivos, que são compreendidos mutuamente por aqueles que viveram o Estado Novo e que compõe o conhecimento de senso comum acerca do tema, mas, por outro lado, as diferentes trajetórias desses indivíduos os levaram a compreender a escola, as festividades e o Estado Novo de modo subjetivo, sendo possível compreender, assim, uma multiplicidade de formas de se apropriar da memória histórica.

PALAVRAS CHAVE: Estado Novo, envelhecimento, memória.

ABSTRACT: Seven decades separate 2013 of the New State, but who experienced that moment brought some concepts internalized through New State official discourse on their identities, although with other meaning, since the past is a changing dimension according to the needs of the present. With the theoretical framework of social-historical Psychology of Vygotsky and discourse analysis of Michel Pêcheux we made three semi-structured interviews with people who lived during the New State, the festivities and the school, which

¹Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba e Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa (e-mail: marioburity@hotmail.com).

²Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, graduada em Psicologia pela mesma universidade e atualmente professora do Centro Universitário de João Pessoa (e-mail: marcia_magalhães@yahoo.com.br).

³Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa, e atualmente professora dessa mesma universidade (e-mail: cristianeigr@ig.com.br)



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

were the two places where the official discourse was transmitted. From these interviews we perceived different ways to reframe this discourse by respondents. In some aspects the signs described by these subjects constituted subjective concepts that are mutually understood by those who lived during the New State and that makes up the common sense about the theme. But in the other perspective, with the different trajectories of these respondents in the school, festivities and New State we can see a multiplicity of ways of appropriating historical memory.

KEYWORDS: New State, aging, memory.

1. Introdução

A partir de 1937 uma ruptura política marcou a história do Brasil. Utilizando-se de um discurso nacionalista e progressista Getúlio Vargas e os grupos políticos que lhe deram sustentação suprimiram a Constituição de 1934 e outorgaram uma outra, dando início a um regime de exceção, o Estado Novo. A partir desse momento há uma inovação na história política do Brasil que precisa de um novo discurso para se legitimar, como aponta Hobsbawm (1998). Para este autor, o passado é uma dimensão fundamental da consciência humana, de forma que o indivíduo, antes de pensar o que pretende fazer de seu futuro olha para o passado, imprimindo a esse passado um sentido, necessariamente manipulado pelas questões do presente.

Nesse sentido Burity e Pinheiro (2012) discutem como o discurso oficial durante o Estado Novo esteve tomado pela ideia de uma marcha pelo progresso da nação, fazendo emergir de um país monocultor agrícola uma poderosa nação industrializada, mostrando como era necessário que todos se envolvessem com a causa, tendo em destaque a participação dos jovens, que desde já precisavam se envolver nessa marcha guiada pelo presidente Getúlio Vargas a fim de construir essa nova nação brasileira, que só então poderia se equiparar às grandes civilizações do mundo.

De acordo com Burity (2012) isso significou convidar os jovens, ainda em período escolar, a participarem de um projeto progressista da nação brasileira, fato que nos leva a concordar com Silva (2011, p.48/49) quando afirma que “no Estado Novo, a escola se tornou campo fértil para semear ideias relacionadas às doutrinas que embasavam um Estado centralizador que colocava a ordem, a obediência e a moral como valores inquestionáveis, ou seja, preparar o futuro da nação a partir dos valores do regime vigente”, e nesse sentido as



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

festividades se tornaram espaços fundamentais de difusão desses valores estadonovistas. A respeito disso, por exemplo, Burity e Pinheiro (2012, p.2211) mostram como o interventor paraibano Ruy Carneiro sugeriu que as comemorações do Dia da Juventude ocorressem no dia 19 de abril, data aniversária do presidente Getúlio Vargas, o que também repercutia “enormemente no âmbito da opinião pública paraibana, especialmente entre o professorado e os estudantes” que eram o grupo para o qual estavam voltadas essas comemorações.

Dessa forma, é objetivo desse trabalho conhecer como os discursos estadonovistas se imprimiram na percepção destas pessoas que viveram o Estado Novo e como permanecem em suas memórias. Para isso utilizou-se a perspectiva teórica da Psicologia sócio-histórica elaborada por Vygotsky (1998a, 1998b) que, com base no materialismo dialético, “compreendesse o aspecto cognitivo a partir da descrição e explicação das funções psicológicas superiores, às quais, na sua visão, eram determinadas histórica e culturalmente”. (Lucci, 2006, p.4).

Em se tratando de um teórico que viveu na União Soviética das décadas de 1920 e 1930 a partir dos referenciais sociológicos de Marx e Engels, Vygotsky é, sem dúvida, um autor que acreditou na influência das condições sociais sobre o funcionamento do corpo humano e na capacidade do conhecimento científico e filosófico de modificar essa realidade, e no caso de sua teoria especificamente, melhorar as estruturas sócio-culturais que interferiam no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Nesse caso o referencial teórico proposto por Vygotsky foi fundamental para compreender as relações entre o espaço escolar e a internalização de alguns conceitos próprios à sociedade estadonovista, já que a socialização é um aspecto fundamental no processo de aprendizagem dos seres humanos. Assim, é possível considerar que a educação era um meio fundamental de difusão dessas ideias, quer no espaço escolar, quer nas festividades, onde a marcha dos estudantes se confundia com seus esforços pela pátria e o sentido do progresso da nação era guiado pelos seus governantes, que falavam das sacadas dos palácios.

Nesse sentido Silva (2011, p.15) mostra como “estudar festas significa adentrar em ambientes carregados de simbolismos que visavam (e visam!) difundir valores e condutas que, de certa forma, reforçam ideários nacionalistas” e que, no caso específico do Estado Novo, teria uma significação mais intensa, visto que se vivenciava “um regime de exceção, no qual o Estado passou a exercer maior controle sobre as atividades escolares”, correspondendo a um



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

“aumento significativo de datas festivas”, onde se fazia possível um pleno controle sobre os discursos e conteúdo visual disponível para essa juventude, garantindo, assim, a transmissão dessa proposta nacional-progressista a fim de fixar melhor as propostas do Estado.

No entanto, entre os homens do tempo presente e os homens do Estado Novo há uma distância cronológica que não pode deixar de ser considerada nesta pesquisa: Em 2013, passados 76 anos da fundação do Estado Novo e 68 de sua extinção política, o futuro do Brasil estadonovista se tornou passado e a sua juventude amadureceu fisiológica e culturalmente. Mesmo considerando a extinção política e a distância cronológica espera-se que esse período de formação para esses indivíduos não tenha se perdido culturalmente ou socialmente, permanecendo até os dias de hoje em sua memória histórica. Entretanto, essa distância cronológica aqui não é considerada como algo que torna o passado objeto dessa pesquisa, de modo que o Estado Novo abordado aqui é aquele que ainda existe na memória histórica daqueles que o viveram. As festividades, portanto, já não são as mesmas que o Governo Getúlio Vargas outrora imprimira no cenário social brasileiro, pois elas não só foram filtradas pelas subjetividades dessas pessoas que as vivenciaram, como também receberam a influência do tempo. Tal como outrora apresentou Nietzsche (2003), a memória histórica é necessariamente uma reconstrução do tempo presente.

Mas se as necessidades do presente moldam a recuperação das informações de um tempo vivido, perceberemos que duas temporalidades coabitam a identidade desses entrevistados: o tempo rememorado e o tempo presente. Resta perceber que variáveis envolvem a composição dessa memória-histórica a partir de suas relações com a sociedade atual.

2. A Internalização de conceitos e produção dos discursos estadonovistas.

Nas primeiras páginas do livro “A Formação Social da Mente”, Vygotsky (1998a) cita Marx e Engels no momento em que os mesmos conceituam a diferença do ser humano em relação aos demais animais enquanto um fenômeno social: é a dominação sobre a natureza que gera o pensamento humano, de modo que a maturação biológica se torna secundária em relação à socialização. Retorna-se, então, à estrutura fundamental da teoria marxista: o materialismo dialético, no qual a relação do homem com a natureza se dá a partir da



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

interferência do pensamento humano sobre o meio ambiente; fato que cria uma nova natureza para as gerações posteriores, que a partir de então podem interferir no desenvolvimento desta nova natureza, de forma que a sociedade humana vai se desenvolvendo enquanto interfere no meio ambiente. Assim, o próprio processo de maturação do sujeito será um produto das relações sociais do homem. A genética assim se torna, portanto, uma “essência muda da espécie”, como afirma Heller⁴ *apud* Aguiar (2000, p.135), a ser moldada pelos processos psicológicos superiores que são produtos de sua relação com o meio.

Mas se retrocedermos nossa análise para uma crítica mais profunda à própria teoria de Vygotsky perceberemos que também ela é um produto social, e tendo sido desenvolvida na União Soviética da primeira metade do século XX, exige algumas adaptações e releituras para se enquadrar às exigências teóricas dessa pesquisa que está em desenvolvimento mais de cinquenta anos após a publicação de seus estudos, além de uma adaptação à estrutura da sociedade para a qual estamos nos voltando, que é o Brasil estadonovista, ou seja, com uma organização política, econômica, social, cultural e principalmente escolar bastante diversa daquela que foi estudada por Vygotsky. Como afirmam os organizadores da tradução brasileira de *A Formação Social da Mente*, Vygotsky viveu numa sociedade onde a “ciência era extremamente valorizada e da qual se esperava, em alto grau, a solução dos prementes problemas sociais e econômicos do povo soviético” (Vygotsky, 1998a, p.12) – principalmente no que se refere à Educação, já que se estava diante de uma sociedade que estivera até bem pouco tempo sob regime absolutista e cuja maioria da população era analfabeta –, além da necessidade de consolidar a proposta da política soviética. Os aspectos teóricos e metodológicos de Vygotsky, portanto, foram resignificados sob o olhar do pesquisador e trazidos para a realidade teórico-metodológica dessa pesquisa: a juventude estudantina estadonovista e a sua memória histórica.

Para Vygotsky (1998a) a memória pode ser compreendida a partir de dois processos que envolvem funções distintas no desenvolvimento humano: a memória natural, que corresponde ao processo imediato de armazenamento das experiências vivenciadas, armazenamento que se dá de modo muito próximo à percepção; e a memória indireta,

⁴Heller, Agnes. *Teoria de los sentimientos*. Barcelona: Fontamara, 1985. *Apud* Aguiar, 2000, p.135.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

intermediada pelos signos internalizados pelos seres humanos, a qual conheceremos melhor a partir de agora.

Vygotsky (1998b) compreende o desenvolvimento do pensamento e da linguagem enquanto dois processos de raízes distintas, tanto em sua filogênese como em sua ontogênese, mas que se cruzam de modo que é possível distinguir a fase pré-linguística no desenvolvimento do pensamento e pré-intelectual no desenvolvimento da linguagem e a relação entre esses dois fenômenos é fundamental para que se compreenda o processo de internalização de conceitos.

O criador da Psicologia sócio-histórica lança um novo olhar sobre as pesquisas já realizadas por outros desenvolvimentistas, como é o caso do pensamento egocêntrico da criança, que para Piaget não possuía nenhuma função verdadeiramente útil para a criança, mas que para Vygotsky (1998b) corresponde a um estágio do pensamento que antecede a fala interna, fase onde a criança pensa com o auxílio da linguagem, sem, no entanto, o auxílio de algum estímulo sonoro. O desenvolvimento da linguagem iniciaria, portanto, quando a criança tentasse pegar um objeto, e um adulto, ao ver a tentativa, entregasse o objeto para ela; com o tempo a criança percebe que o gesto é suficiente para comunicar ao outro aquilo que deseja e para que possa socializar as suas necessidades. Nesse sentido “a palavra é um substituto convencional do gesto, aparece muito antes da crucial descoberta da linguagem por parte da criança, e antes que ela seja capaz de operações lógicas” (Vygotsky, 1998b, p.37).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que Vygotsky (1998b) compreende a linguagem enquanto um processo psicológico que vai muito além da emissão de som, ela pode estar nos gestos ou em muitas outras estruturas análogas que, em outros seres vivos podem desempenhar uma função para o pensamento e para a socialização semelhante ao da expressão sonora tomada de significados do homem. Para o referido autor em fase anterior ao desenvolvimento da linguagem, o balbúcio e o choro seriam tipos de fala sem conexão com o significado, algo semelhante ao que já havia sido verificado por pesquisadores filogenéticos em chimpanzés.

Em sequência à fase de compreensão dos significados de alguns gestos a criança entraria na fase do pensamento egocêntrico, que corresponde ao momento em que alguns significados já conhecidos por ela começam a ser decodificados em forma de pensamento, esse processo, no entanto, ainda se dá a partir da exposição sonora das palavras muitas vezes



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

sem muito nexos para um observador, visto que essa fala não tem interlocutor, é uma fala consigo mesmo que será internalizada para o pensamento quando se tornar fala interna.

Vygotsky (1998b), desta forma, não compreende o pensamento egocêntrico de Piaget enquanto uma tentativa de socialização, mas enquanto uma tentativa da criança de internalizar aqueles conceitos a partir daquilo que ela conhece. Nesse sentido, aqui temos um esforço subjetivo de compreensão mútua dos indivíduos, de modo que esta subjetividade necessariamente modificará a realidade experimentada pela criança, e então os signos⁵ serão moldados pela experimentação pessoal. Não podemos perder de vista, no entanto, que quando da exposição desse signo socialmente ele sofrerá influências externas, de modo que ele jamais será algo completamente bem definido socialmente e nem completamente individualizado, há uma intersecção das subjetividades sociais para com aquele signo, ou seja, uma intersubjetividade.

O espaço intersubjetivo seria, assim, um ambiente de compreensão mútua, onde os indivíduos são capazes de conhecer o pensamento do outro a partir de sua linguagem, ou seja, daquilo que ele expressa socialmente, o que não significa que não haja discordâncias entre as posições tomadas frente a esse espaço intersubjetivo, afinal, ele não é um espaço de harmonia, mas de convívio para a sobrevivência em sociedade:

O lugar do encontro, do confronto e da negociação dos mundos de significação privados (ou seja, de cada interlocutor) à procura de um espaço comum de entendimento e produção de sentido, mundo público de significação. (Smolka, Góes e Pino *apud* Aguiar, 2000, p.133)⁶.

É a partir da existência desse espaço intersubjetivo que podemos compreender o ser humano enquanto um ser sócio-histórico, pois é de acordo com o melhor conhecimento da

⁵A partir da leitura das obras de Vygotsky (1998a; 1998b) é perceptível uma sensível diferença no uso dos termos “conceitos” e “signos”. Por conceitos compreendem-se as palavras tomados de determinados significados socialmente definidos, enquanto os signos correspondem aos meios escritos, orais, gestuais etc. através dos quais uma mensagem é transmitida aos demais sujeitos sociais. Os conceitos e signos, portanto, correspondem teoricamente a duas categorias distintas de análise: os primeiros envolvem o processo de internalização de conceitos e o segundo a comunicação entre os sujeitos.

⁶Smolka, Ana Luiza Bustamante *et al.* The constitution of the subject: A persistent question. In: Wertsch, James *et al.* (orgs.). *Sociocultural studies of mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 165-184.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

intersubjetividade de seus pares que o ser humano se torna capaz de compreender a linguagem dos mesmos, de saber o que o outro está pensando e de comunicar a este outro o conteúdo de seu pensamento, comunicação que é fundamental para a sobrevivência humana. De acordo com Tolstói⁷ *apud* Vygotsky (1998b) a intimidade faz com que o indivíduo consiga pensar o mesmo que o outro está pensando com um estímulo linguístico menor, o ápice desse processo seria a fala interna, ou seja, como o indivíduo sabe o que está pensando restringe sua fala consigo mesmo a uma linguagem simples, que não precisa explicar o processo situacional já que ele é conhecido: “Quando os pensamentos dos interlocutores são os mesmos, a função da fala se reduz ao mínimo” (Vygotsky, 1998b, p.175), e quando as pessoas vivem num íntimo contato psicológico, a comunicação abreviada é a regra e não a exceção.

A partir dessa consideração é possível perceber que o signo é mais do que uma construção particular do indivíduo a partir de suas experiências, mas é também produto do seu contato social. Dessa forma o signo possui duas dimensões: a dimensão subjetiva, na qual o indivíduo constitui os seus conceitos a partir de suas experiências e de sua maturação biológica; e a dimensão intersubjetiva, que envolve a necessidade do sujeito de compreender e ser compreendido. Assim, o processo de internalização de conceitos envolve a recepção subjetiva e intersubjetiva do signo e a sua devolução também subjetiva e intersubjetiva.

Dessa forma, se ao longo de seu desenvolvimento o indivíduo precisa utilizar os conceitos aprendidos outrora em contextos distintos daquele no qual aprendera, o seu significado para esse conceito será diferente daquele que ouvira, oferecendo a esse conceito um pouco de sua subjetividade, de forma que os conceitos do indivíduo são, portanto, o somatório dos conceitos subjetivos de um determinado grupo social.

A partir de então é preciso considerar que a memória é moldável, tanto pelo tempo, com a aquisição de novas experiências e conceitos que levam a subjetividade humana por caminhos diferentes daqueles conhecidos numa fase anterior de seu desenvolvimento, quanto pelas necessidades do tempo presente, afinal, o sujeito rememora uma experiência vivida a partir dos conceitos que lhe são correntes naquele instante, e sob essa perspectiva eles são moldáveis pela linguagem do presente, linguagem que está vinculada às necessidades sociais

⁷Tolstói, Léon. *Anna Karenina*. São Petersburgo: Kushnerev, 1903.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

desse sujeito: “o sentido é um fenômeno complexo, móvel e variável, modifica-se de acordo com as situações que a mente utiliza, quase ilimitado” (Vygotsky, 1998b, p.182).

Mas de acordo com Vygotsky (1998b) os signos não podem ser ensinados à criança, eles são internalizados enquanto uma necessidade natural desta criança a partir dos estímulos sociais aos quais ela está exposta. Nesse sentido internalização é uma operação que inicialmente representa uma atividade externa e que é reconstruída internamente a partir da subjetividade do sujeito. Esse é o salto qualitativo que Vygotsky compreende enquanto a diferenciação fundamental entre a psicologia animal e a psicologia humana, é que a segunda compreende atividades que são capazes de mediar aquilo que a natureza lhe fornece a partir das experiências sociais, e esses mediadores são os signos, se observarmos em termos de comunicação e compreensão psicológica, e os instrumentos, enquanto meios materiais de interferir na realidade:

A diferença mais essencial entre signo e instrumento, e a base da divergência real entre as duas linhas, consiste nas diferentes maneiras com que elas orientam o comportamento humano.

(...) A função do instrumento é servir como condutor da influencia humana sobre o objeto da atividade, ele é orientado externamente.

(...) O signo, por outro lado, não modifica em nada o objeto da operação psicológica. Constitui um meio da atividade internamente. Essas atividades são tão diferentes uma da outra, que a natureza dos meios por elas utilizadas não pode ser a mesma. (Vygotsky, 1998b, p.73).

A partir desses conceitos verificados acima, é possível compreender como a memória histórica, sendo uma memória indireta, está permeada por signos, mas que reflete a recuperação de informações armazenadas após algum tempo e que, como tal, recebe uma territorialidade emocional, identitária. Ou seja, trata-se de uma memória que tem uma íntima relação com a forma como o indivíduo se reconhece enquanto autor da história da sociedade da qual faz parte. Nesse sentido essas referências passadas interferem na sua linguagem e na sua relação com as outras pessoas com as quais convive. A memória histórica é, portanto, um fenômeno que interfere no processo de compreensão subjetiva das experiências intersubjetivas do indivíduo, a partir do qual, por exemplo, ele é capaz de transmitir aos demais as suas necessidades. A intersubjetividade, portanto, é também mutável, modificando também a estrutura fundamental da identidade coletiva desses sujeitos.

Mas se Vygotsky (1998a; 1998b) compreende a identidade como o pertencimento a um espaço intersubjetivo, e que quanto mais reduzida é a linguagem entre duas pessoas ou



entre uma pessoa e um grupo, maior identidade há entre elas, para Pêcheux (1998) “a mensagem requer, enfim, um contato, um canal físico ou uma conexão psíquica entre o destinador e o destinatário, contato que permite estabelecer e manter a comunicação”. Pêcheux (1998) sintetiza, mostrando que entre o destinador e o seu destinatário há um discurso, que pressupõe uma linguagem, e um referente (colocar aqui a nota de rodapé nº 5, pois é a primeira vez que fala do referente), cujo nível de compreensão depende, se voltarmos a Vygotsky (1998b), das características dessa relação entre a pessoa que está ouvindo e da linguagem estabelecida. Afinal o discurso será reduzido sempre que o interlocutor precisar de menos informações para compreender o referente⁸.

No entanto a aproximação que o sujeito tem com o referente também interfere no espaço de produção do discurso. De acordo com Pêcheux (1998) os dois sujeitos envolvidos com o discurso tem imagens⁹ de si e do outro que são fundamentais para a credibilidade que eles possuem acerca do que está sendo dito. O produtor do discurso, assim, estaria preocupado com a imagem do lugar de onde está falando e com a imagem que o interlocutor tem de sua fala; e o interlocutor, também, em sua recepção, projeta a posição do produtor do discurso e de si mesmo para acreditar em tal discurso. Dessa forma,

todo orador era ouvinte virtual de seu próprio discurso, o que implica que o que é dito por A[o produtor do discurso] transforma igualmente as condições de produção próprias a A, permitindo-lhe “continuar” seu discurso; as “perturbações do comportamento narrativo”, caracterizadas pela perda do fio do relato, o incessante retorno ao início etc. poderiam ser interpretados como uma perturbação desse mecanismo (Pêcheux, 1998, p.89/90).

Assim, toda vez que uma nova parte do discurso, ou um novo discurso é produzido, o interlocutor recebe uma imagem desse discurso e devolve esse discurso a partir de outras formas de narrativa, que são essas “perturbações do comportamento narrativo”, de forma que o produtor do discurso recebe essa imagem e a partir dela continua o seu discurso, estabelecendo uma comunicação física com os seus interlocutores.

⁸O referente para Michel Pechêux (1998) corresponde ao tema do discurso.

⁹Para Michel Pechêux (1998) as imagens correspondem às impressões que os sujeitos sociais que produzem e que ouvem o discurso possuem de si e do outro para estar tratando de determinado assunto (o referente). Essa construção é contínua, e ao final de cada ideia novas imagens são elaboradas interferindo na produção e recepção do discurso.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

A partir de então é possível considerar uma nova feição para esse espaço intersubjetivo proposto por Vygotsky (1998a), já que ele é reelaborado muitas vezes durante a própria execução do discurso, proporcionando variadas imagens ao longo da sua execução tanto por parte do seu produtor como de seu interlocutor, mostrando que a adesão, ou não, a uma proposta discursiva não está apenas na forma de representá-lo, mas na imagem que os indivíduos tem de si e do discurso, dando ou não credibilidade ao referente.

Com a ascensão de Getúlio Vargas um novo discurso se fez presente na sociedade brasileira, o novo governo propunha um desenvolvimento econômico que fosse capaz de levar o Brasil ao patamar dos países desenvolvidos. Esse desenvolvimento que se daria principalmente a partir da agricultura e das indústrias de base se fez envolto, porém, de algumas transformações sociais, como a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e as profundas reformas na educação, como o caso das reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, que deram caminho a uma proposta de ensino profissionalizante enquanto meio mais adequado de preparar os jovens para esse Brasil do futuro.

De acordo com Burity (2012, p.5) o governo Getúlio Vargas propôs o desenvolvimento físico e racional de seus jovens para essa civilização brasileira que evoluía a fim de alcançar o patamar dos países desenvolvidos, essa civilização para Burity (2012, p.5) significaria “o desenvolvimento das nações a partir de um poder estatal suficientemente forte para controlar a economia, e de um povo unido e preparado para erguer a sua pátria”, fenômeno para o qual seria fundamental o auxílio dos jovens estudantes:

Tanto quanto permitam os recursos e as possibilidades da Paraíba, daremos à cruzada da Juventude todo o amparo e assistência. Porque seria mais do que um crime, seria um suicídio abandonar as crianças e os jovens à indiferença e à rotina de uma defeituosa organização social e educacional (A União, 20 abr. 1941, p.5).

Esse desenvolvimento econômico e social ultrapassou, porém, os planos de ação governamentais e utilizou sua propaganda para cativar a população e assim cativar a todos para participar desse objetivo. Mercedes Dantas (1942) conceitua o espírito progressista do Estado Novo enquanto uma força nacionalizadora, que se daria principalmente a partir de reformas profundas na sociedade brasileira, a partir de um ideal de justiça social, efetivando as leis trabalhistas, iniciando obras para as melhorias das condições de vida e trabalho dos



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

brasileiros e reformando a educação, o que significaria unir todos os brasileiros através de um sentimento nacionalista numa só força pelo progresso econômico da nação.

Como uma teórica que vivenciou o Estado Novo, Mercedes Dantas (1942) reflete o discurso progressista do poder estatal, movido principalmente pela figura política de Getúlio Vargas, o que pode ser percebido, por exemplo, pelo fato de seu livro ser editorado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo em 1942, o que nos apresenta a intencionalidade deste poder público de inculcar em seus jovens esse ideal nacional-progressista. Assim temos a tentativa de inculcar na intersubjetividade dessa população essa proposta, convidando-a para participar desse desenvolvimento econômico que depende exclusivamente dela.

Todo esse discurso, portanto, corresponde a uma série de simbolismos que serão internalizadas pela consciência humana a partir de seus aspectos subjetivos, sendo possível considerar todos aqueles discursos – a passeata cívica (só houve uma passeata?), os retratos do presidente fixados nas paredes dos grupos escolares e toda a movimentação que tratou de criar um espírito de progresso nacional através do processo educativo – correspondentes a uma linguagem, que nada mais é do que a apropriação dos indivíduos dos sinais que lhe são externos, mas diante dos quais mantêm um sentimento de pertencimento, e a sua transformação em signos que adentram a sua cognição e movem esse espírito intersubjetivo.

Gramsci (1995, p.131) afirma que “o conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria”. Nesse equilíbrio a educação tem um papel fundamental, a medida que fornece uma melhor compreensão das potencialidades das forças sociais, permite uma intensidade maior no sentimento de pertencimento a um grupo, dando acesso a um caráter intersubjetivo progressista ao grupo como um todo. Ideal que transparece no discurso estadonovista em suas festividades cívicas, tal como Burity e Pinheiro (2012, p.5) atestam “o Estado Novo se propôs a cerca-la [a criança] de instrução e de educação moral e civismo por todos os ambientes sócio-culturais”.

Mas para compreender essas festividades, no entanto, não basta “olhar para o ato festivo e analisá-lo”. Na perspectiva de Silva (2011, p.34), é necessário perceber, em cada festividade, a “grande participação de pessoas que por algum motivo lá estavam a festejar, a



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

comemoração e até mesmo a observar de forma menos empolgada toda aquela movimentação que alterava o cotidiano de todos durante o Estado Novo”. Todas essas pessoas, com maior ou menor entusiasmo para com essa proposta nacionalista, compartilhavam do caráter intersubjetivo desse espírito, embora possamos considerar que no processo de internalização indivíduo a indivíduo essa intersubjetividade assumia características diferentes a partir das subjetividades individuais daqueles que a vivenciavam, a começar pelo sentimento de pertencimento a esse grupo que se fazia mais presente naquela que seria alvo central desses discursos, ou seja, a juventude estudantina; e ao espaço social conferido àqueles que a assistiam, não só pelo fato de perceberem aspectos distintos nesses discursos, mais próximos de sua realidade social, como pelo fato de serem dirigidas a eles posições diferenciadas nessa sociedade em emergência no Brasil estadonovista. Tendo em visto o discurso do Dr. Ovídio Duarte, proferido no Instituto Comercial “João Pessoa” em 1941 e transcrito no jornal “A União”, cuja redação pertencia ao Governo do Estado da Paraíba:

Jovens, o Brasil depende de vós, do vosso esforço, de vosso amor ao estudo, êle abre caminho à melhor compreensão dos fatos sociais, nêle vai haurir elementos mágicos, que ajudam a conhecer a vida normal e patológica das nações, e por uma e outra a inferir e predizer o destino das humanas sociedades, nossa pátria, jovens, está em progresso e ninguém será capaz de deter a sua grande marcha. (A União, 23 abr. 1941, p.1).

Assim, se para Burity e Pinheiro (2012, p.6) “as comemorações cívicas, tal como o Dia da Juventude, objetivavam promover uma educação que ultrapassasse os muros escolares, ou seja, através das festividades vislumbravam-se o enaltecimento dos ideais pátrios”, é possível compreender esse discurso como uma preparação para um Brasil do futuro, convidando os jovens, através do espaço escolar e principalmente das festividades, a participarem desta marcha pelo progresso nacional. Dessa forma, a proposta desse artigo é compreender como esse discurso estadonovista foi recebido e reelaborado pelos seus jovens estudantes da época e como se apresentam nos dias atuais.

3. Metodologia.

Com base na relação estabelecida entre os conceitos da Psicologia Sócio-histórica de Vygotsky (1998a;199b) e das experiências históricas do Estado Novo, buscou-se por meio de um estudo qualitativo, saber como as pessoas que vivenciaram e estudaram entre as décadas de 1930 e 1940 no Brasil resignificaram os discursos oficiais do Presidente Getúlio Vargas e



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

demais autoridades públicas. Com esse intuito foram entrevistados 3 participantes, sendo um homem e duas mulheres, com idades de 87, 89 e 77 anos, respectivamente. As entrevistas abordaram os seguintes aspectos: a vida no governo Vargas, a imagem que tinham do Estado Novo, as vivências escolares, as festividades cívicas, e as mudanças que esses sujeitos compreenderam entre a escola do Estado Novo e os dias atuais.

Para a análise das respostas produzidas pelos participantes utilizou-se a perspectiva discursiva de Michel Pêcheux (1998) que consiste em perceber qual a imagem que o orador e o ouvinte de cada discurso tem acerca de si e do outro ao falar e ouvir aquele discurso, e das consecutivas respostas verbais e não verbais que o outro lhe fornece ao longo de sua realização.

4. A construção subjetiva e intersubjetiva dos discursos estadonovistas.

A primeira entrevistada, participante A, estudou na Escola de Professores entre os anos de 1941 e 1943, tendo 17 e 19 anos nessa referida temporalidade. Durante a entrevista a participante apresentou uma imagem positiva do Estado Novo, que transparece em falas como “ele [Getúlio Vargas] foi muito bom para os trabalhadores”, e “a gente desfilava pelas ruas, era tudo muito bonito”, “a gente respeitava os professores”, “a gente aprendia a respeitar os mais velhos”.

Através dessas expressões é possível perceber elementos do discurso oficial do Estado Novo, representando uma imagem positiva da vida e da administração pública durante esse período. Temos assim conceitos como “governante bom”, “desfile bonito” e “respeito”, que no momento da elaboração deste discurso foram resignificados pela entrevistada.

Assim percebemos como o Estado Novo participa da identidade dessa idosa: a princípio com o conceito de “governante bom” e “desfile bonito”, que provavelmente mantem muita similaridade com a imagem que ela tinha de Getúlio Vargas durante o próprio Estado Novo e dos desfiles, de forma que a imagem positiva desse governante e das festividades foi internalizada por essa idosa. O que não aparece da mesma forma no caso do conceito de “respeito”, que primeiro é associado aos professores e depois aos mais velhos, mostrando uma percepção contemporânea dessa palavra, que provavelmente foi resignificada a partir da imagem que essa idosa tem da juventude nos dias de hoje em relação à sua própria juventude.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

Outros conceitos transparecem nesse discurso, a começar pela data “19 de abril”, mencionada pela participante quando se referiu às comemorações do Dia da Juventude em homenagem ao aniversário do presidente Getúlio Vargas, o que mostra que esse conceito foi internalizado por ela durante as festividades do Estado Novo, principalmente a partir de dois conceitos que já estavam internalizados, o de “governante bom”, sobre a figura do Getúlio Vargas e o de “desfile bonito”, sendo esse último também marcado pelas noções de nacionalismo e patriotismo que eram particularidades dessas festividades, como apresenta Silva (2011).

Diante desses conceitos é possível perceber que o discurso oficial estadonovista, proposto pelos governantes da nação, foi internalizado pela entrevistada dentro das impressões e significados que, embora apresentem elementos interpretativos subjetivos, como é o caso da data “19 de abril”, e não do termo “Dia da Juventude”, foi rememorado, visto que o dia “19 de abril” era a data aniversária do Presidente Getúlio Vargas, que havia sido associada ao “Dia da Juventude” em meio às festividades. Dessa forma, ao rememorar primeiramente a data “19 de abril”, essa participante mostra um pouco do significado que essa festividade tinha para ela, que era muito mais dessa exaltação do “governante bom”, do que do convite pelo progresso da nação.

Essa compreensão diz muito acerca da posição que as mulheres, em especial as professoras, tinham nessas festividades, ou seja, de pessoas que não tinham poder político, sendo a instrução direcionada a elas própria para o cuidado com a casa, com o marido e os filhos, com vistas a promover o bem-estar necessário que os homens precisavam para desenvolver o país. Dessa forma a participante A enfatizava: “a gente não era educada para pensar”, mas para respeitar o marido, o pai e as autoridades.

Essa subjetividade também apareceu na compreensão que a participante A tem do termo “Estado Novo”, visto que diante desse estímulo o evento que lhe veio à memória foi de um grande mal entendido na sociedade: assim que estourou o Estado Novo a população civil confundiu os acontecimentos com uma revolução comunista¹⁰, e lembrou que o seu pai estava

¹⁰A população já estava sensibilizada com a Intentona Comunista que havia sido sufocada pelo Presidente Getúlio Vargas em 1935, e que foi um dos argumentos utilizados por esse presidente para instituir o Estado Novo.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

longe de casa, e teve que andar quilômetros a pé, já que nesse dia nem os bondes estavam funcionando. Assim, a imagem de “governante bom” retorna ao discurso da participante A, tendo sido um alívio para ela ver que o Estado Novo não fora um golpe comunista e que continuava a administração de Getúlio Vargas.

Embora a idosa tenha feito um rico discurso acerca de como era a sua vida durante o Estado Novo, assim que a entrevista foi proposta ela afirmou que como “naquele tempo a gente era alienada” ela não teria muito a dizer sobre o período. No entanto, a sua “alienação” política não a desabilitava de falar sobre outros aspectos da vida naquele momento. Dessa forma, a idosa apresenta uma imagem de que só a história política teria valor no seu discurso, de forma que ela, embora tenha vivido esse período, não teria nada de importante para dizer à ciência, que seria detentora da “verdade” sobre esse momento. Assim, é possível considerar que há um discurso científico que monopoliza a narrativa de um momento histórico, fazendo com que as pessoas que o viveram compreendam a sua vivência como uma inverdade. (é inverdade posto que é senso comum?).

A segunda entrevista foi realizada em dois encontros, isso porque no primeiro o entrevistado, participante B, não conseguiu responder às perguntas do pesquisador afirmando: “eu não sei”. Diante disso pergunta-se: como pode alguém que viveu o Estado Novo e não possui déficits na memória não saber como era a vida nessa período? Diferente da interpretação proposta para a participante A, dessa vez o discurso científico não parece ter interferido no processo de produção do discurso do participante B, mas sim as suas condições biológicas, psicológicas ou sociais no momento dessa entrevista, uma vez que o entrevistado não voltou a apresentar resistência no segundo encontro.

No segundo encontro o entrevistado explicou que estudou no Liceu Paraibano nos primeiros anos da década de 1940, quando tinha entre 15 e 17 anos, tendo, após esse período, ido morar em Recife, onde iniciou a sua vida profissional. Já na primeira pergunta, quando foi questionado como era a vida durante o governo Getúlio Vargas, o entrevistado narrou a sua rotina escolar, indicando que durante o Estado Novo esse foi o aspecto que mais marcou a sua memória. Dessa forma, é possível considerar que os conceitos relacionados à escola foram os mais significativamente internalizados pelo produtor desse discurso no período estudado. Durante a realização dessa entrevista, dois desses conceitos foram apresentados, estando



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

associados principalmente à imagem que tinha de seus professores: o “respeito” e a “apreensão”.

Diferente da primeira entrevistada, no caso do participante B o sentido dessas palavras não estavam ligados a uma imagem negativa da escola nos dias de hoje, mas à sua própria experiência escolar, na qual o conceito de “respeito” era uma representação positiva de sua relação com o professor, confundida com a admiração que tinha pelo mesmo, enquanto profissional destacado na sociedade e que guiaria seus alunos pelo caminho do progresso, tanto em suas carreiras individuais como no destino do país: “lembro que a gente tinha respeito pelo professor, nós todos tínhamos, a gente admirava muito os professores”. O professor, assim, seria o representante do Estado na sala de aula, simbolizando a ordem e o “respeito” que esses alunos precisariam ter para se tornarem bons cidadãos.

Num momento posterior o participante B destacou a “apreensão” que marcava as avaliações dos professores em sala de aula, visto que os alunos faziam prova oral surpresa em suas aulas e “tinham que dizer a resposta correta”. O professor, assim, aparecia numa posição destacada frente aos alunos, de forma que a resposta incorreta implicaria também em um abalo moral para os alunos. A “apreensão” citada pelo entrevistado, portanto, trazia consigo uma valorização do saber científico que o professor transmitia como algo necessário para a formação moral dos homens. Vale ressaltar que esse modelo de escola e de aprendizagem teve uma representação positiva para esse sujeito, visto que, quando o pesquisador solicitou o estabelecimento de uma relação entre a escola do passado com a escola do presente, ele afirmou “os alunos não fazem mais prova oral, não tem prova de latim, não tem respeito aos professores, mudou muito, mudou muito e para pior”.

Quando questionado a respeito das festividades cívicas o entrevistado disse não lembrar de ter participado de nenhuma festividade, “não sei se foi porque eu já tinha ido para o Recife”. Assim as festividades cívicas não são um referente do qual o idoso tem conhecimento, de forma que é provável que esse não tenha sido um espaço intersubjetivo do qual ele tenha participado, talvez por ele ter sido um aluno do Liceu Paraibano, um espaço privilegiado na sociedade paraibana, enquanto as festividades eram mais voltadas aos alunos de ensino primário, principalmente dos grupos escolares.

A terceira entrevista também foi marcada pela resistência da entrevistada, participante C, para responder às questões sobre o Estado Novo, no entanto, no próprio decorrer das suas



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

justificativas ela narrou coisas importantes de sua infância, como por exemplo que estudou num colégio religioso da cidade de Guarabira quando tinha entre 5 e 7 anos, período que coincidiu com o Estado Novo: a esse respeito ela afirmou: “Getúlio Vargas, eu sei lá, faz tanto tempo, eu não gosto de história, nunca gostei, eu fiz economia sabe, além de que, para frente é que se anda, eu gosto de pensar que o que foi, foi e o que importa é de agora em diante”. Dessa forma a entrevistada apresenta a sua falta de interesse para com o referente, nesse caso, o Estado Novo, como algo que a impossibilitava de falar sobre o assunto, talvez porque a imagem que tinha do lugar do qual falava e do lugar de quem ouvia, lhe fazia pensar que o seu conhecimento a respeito do referente não era interessante, ou mesmo insuficiente, a essa pesquisa, já que não gostava de ler nada sobre a história do Estado Novo¹¹.

Enquanto narrava a sua infância, que coincidiu com o período compreendido pelo Estado Novo, a entrevistada afirmou que ela e sua amiga deixavam “as freiras loucas”, porque “a gente saía da sala e ficava fazendo traquinagem pelo colégio. Ai a freira via e ficava virada”, e que se completa quando a mesma narra que “no colégio de freira a gente tinha que desfilhar com o fardamento impecável, e as freiras ficavam revoltadas porque a gente se sujava toda”. Dessa forma, se para a Participante A marcou as festividades em sua memória como um espaço para a admiração do “governante bom”, exaltando a disciplina, para a Participante C esse momento foi visto a partir da anti-disciplina, visto que enquanto seus colegas desfilavam comportados, ela e sua amiga adoravam infringir a norma, irritando as freiras e desconstruindo a ordem.

Essa anti-disciplina, em grande parte, se deveu provavelmente à sua tenra idade, visto que essa entrevistada, que tinha entre 5 e 7 anos no referido período, ainda não possuía maturidade suficiente para compreender aquele momento cívico a partir do discurso oficial estadonovista; mas se deveu, também, e talvez, à sua posição de gênero ou seja, a participante C negava a posição social atribuída às mulheres, tanto que escolheu o curso de Economia para a sua educação superior, assim como preferiu o trabalho no banco à profissão de professora, embora tenha trabalhado em tal função.

A resistência à ordem e à posição social feminina, portanto, marcou o discurso da participante C, que transmitiu essa imagem aos seus alunos durante a ditadura militar

¹¹Hobsbawm (1995) mostra que a partir da década de 1970 o egocentrismo do capitalismo neoliberal levou a um desinteresse social pelo conhecimento histórico.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

brasileira no Colégio Pedro II, onde lecionava a cadeira de Educação Moral e Cívica, ao confirmar: “eu ensinava como o aluno deveria se comportar, os hinos essas coisas da pátria, mas eu odiava ficar decorando coisas, ai eu achava que os alunos não precisavam decorar também não, ai eu deixava eles colarem na prova, fingia que não estava vendo”.

5. Considerações Finais

Três espaços intersubjetivos compuseram as imagens que os entrevistados construíram em seus discursos: o Estado Novo, a escola e as festividades. Nesse sentido os conceitos internalizados nesses espaços foram resignificados no momento da elaboração desses discursos sete décadas após a sua experimentação, tomando dois caminhos: o intersubjetivo, e o subjetivo.

Percebeu-se que as festividades foram um espaço importante para os participantes A e C, mas não para o participante B. Isso se deveu talvez pelo lugar social que ocupavam: o espaço de gênero porque, enquanto as participantes A e C eram mulheres, o participante B era um homem, de forma que ocupavam papéis distintos na sociedade durante o Estado Novo; o espaço escolar porque, enquanto o participante B estudou na escola de maior prestígio da Paraíba no referido momento, a participante A estava na escola de professores e a participante C estudou num colégio religioso de ensino primário no interior do Estado; e, por fim, espaço da idade, uma vez que, enquanto os participantes A e B tinham entre 15 e 19 anos na década de 1940, a participante C tinha aproximadamente 5 anos. Aspectos esses que interferiram profundamente na forma como esses sujeitos compreenderam o discurso oficial estadonovista, já que essa compreensão está necessariamente condicionada à imagem que os sujeitos têm do lugar onde estão.

Dessa forma, o Liceu Paraibano foi o primeiro espaço rememorado pelo participante B, quando foi citado o Estado Novo, o que aponta para esse lugar como o principal espaço de difusão do discurso oficial para esse sujeito, assim como seriam as festividades para a participante A, como o símbolo de respeito e admiração pelos governantes da nação, e para a participante C, embora para essa tenha sido marcado principalmente pela anti-disciplina. A disciplina e o respeito tiveram significados distintos nos discursos dos participantes A e B, e foram contrastados pela anti-disciplina na participante C.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

Houve alguma resistência dos participantes em falar sobre o momento histórico, o que talvez tenha se dado devido ao lugar do pesquisador – de domínio do discurso científico – ser distinto do lugar do participante com relação à “verdade” de cada um deles sobre o período, tal como uma imagem de história que desconsidera o dia a dia daqueles que a viveram.

É possível perceber que o discurso estadonovista sobreviveu ao tempo de diferentes formas no discurso dos participantes que o viveram, a partir de aspectos próprios dos lugares que ocuparam e das imagens que tinham de si e dos outros nos momentos de elaboração de seus discursos, compondo assim uma identidade comum entre aqueles que viveram o Estado Novo, as festividades e a escola, sempre caracterizado por uma forte marca subjetiva.

Os resultados do estudo que examinou aspectos subjetivos da memória de três pessoas que viveram espaços intersubjetivos em dois momentos históricos distintos, indicaram um rico caminho de investigações a ser explorado. Isto porque chama a atenção a capacidade cognitiva dos idosos de rememorem momentos tão remotos de suas vidas, assim como o fato de que um momento passado, por mais longínquo que seja, continuará presente quando recriado na subjetividade daqueles que o viveram.

Referências

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. *Reflexões a partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a categoria consciência*. In: Cadernos de Pesquisa, n.110, julho 2000.

ALMEIDA, José Américo de. *JA 1945 – Discursos*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1994.

BURITY, Luiz Mário Dantas. *As formações humanísticas e profissionais no Estado Novo: a experiência paraibana no Governo de Ruy Carneiro*. In: XV Encontro Estadual de História – Paraíba – História e Sociedade: Saberes em diálogo. Cajazeiras: Universitária, 2012.

BURITY, Luiz Mário Dantas; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Escolas Rurais e Profissionais para a juventude campesina na Interventoria de Ruy Carneiro: Paraíba (1940-1945)*. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil: História da Educação Brasileira: experiências e peculiaridades". João Pessoa: Anais Eletrônicos, 2012.

DANTAS, Mercedes. *A Força Nacionalizadora do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.



EDIÇÃO Nº 06 MAIO DE 2014
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 02/02/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 15/04/2014

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.

_____. *Era dos Extremos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUCCI, Marcos Antônio. *A Proposta de Vigotsky: A Psicologia Sócio-Histórica*. In: Revista de Currículum y Formación del Profesorado v.10, n.2, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PARAÍBA, Estado da. *Jornal "A União"*, João Pessoa, 20 de abril de 1941.

PARAÍBA, Estado da. *Jornal "A União"*, João Pessoa, 23 de abril de 1941.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SILVA, Vânia Cristina da. *Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)*. 2011. 133f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e Linguagem*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.